

Evolução orçamental das Administrações Públicas em 2025

Lisboa, 21 de maio de 2026

As Administrações Públicas (AP) alcançaram um excedente de 0,7% do PIB em 2025, acima dos 0,3% do PIB previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE/2025) e dos 0,6% do PIB alcançados em 2024. Os Fundos de Segurança Social continuaram a ser determinantes para este resultado, tendo aumentado o seu excedente para mais de 7 mil M€, de 2,1% para 2,3% do PIB em contraste com a Administração Central que registou, pelo segundo ano consecutivo, um agravamento do défice orçamental (de 1,5% para 1,8% do PIB). Com este desempenho, Portugal foi um dos cinco Estados-membros da União Europeia a registar um excedente em 2025 e um dos quatro a assegurar um saldo positivo nos três últimos anos.

Em 2025, a política orçamental foi expansionista, traduzindo-se num impulso orçamental de 0,5% do PIB. Este resultado deveu-se, por um lado, ao contributo dado pela despesa líquida assente em financiamento nacional (0,1% do PIB) e, por outro, ao contributo da despesa financiada por fundos europeus (0,4% do PIB), impulsionada sobretudo pelo aumento das subvenções recebidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A receita pública registou, em 2025, um crescimento nominal de 6,7% (6,4% em 2024), impulsionada pela robustez da receita fiscal e contributiva que, em conjunto, explicaram mais de 85% do total do crescimento. Consequentemente, a carga fiscal das AP aumentou 0,3 p.p. face a 2024, situando-se em 35,3% do PIB. O peso da receita das AP aumentou para 43,4% do PIB, acima dos 43% do PIB reportados em 2024. Excluindo o impacto do PRR, a receita das AP teria crescido 5,9%, mantendo-se o seu peso em 42,3% do PIB.

A despesa pública registou um crescimento de 6,6% em 2025, mais 0,3 p.p. do que em 2024, refletindo a evolução de componentes de natureza permanente e rígida da despesa corrente primária. Em percentagem do PIB, o peso da despesa pública aumentou 0,3 p.p. do PIB, para 42,7% em 2025, impulsionado sobretudo pela despesa de capital (+0,4 p.p. do PIB). Excluindo o efeito do PRR, o peso da despesa pública teria diminuído 0,1 p.p. do PIB, para 41,4% do PIB em 2025.

Até dezembro de 2025, e a um ano do final do prazo previsto para a implementação do PRR, a execução global ascendeu a 9904 M€ (45,2% do total do plano), dos quais 1102 M€ prestaram-se à aplicação em ativos financeiros, destinados sobretudo à vertente capitalização de empresas e resiliência financeira, não incluídos na despesa da Conta das Administrações Públicas. Excluindo esta componente, a despesa associada a projetos do PRR totalizou 8802 M€, dos quais 7001 M€ financiados por subvenções e 1802 M€ pela utilização de empréstimos.



A previsão orçamental para 2025, bem como as estimativas subsequentes produzidas pelo Ministério das Finanças (MF) evidenciaram desvios significativos na receita e despesa, com impacto no saldo e na avaliação *ex-ante* do indicador operacional da despesa líquida. Na estimativa atualizada para 2025 subjacente à POE/2026, apresentada pelo Governo em outubro de 2025, os desvios verificados na estimativa das contribuições sociais (+973M€) e do IVA (+809M€) foram significativos, contribuindo de forma determinante para o desvio de aproximadamente 0,6% do PIB observado na receita fiscal e contributiva (+1796M€), a um trimestre do final do ano. No lado da despesa, esta foi subestimada em 815 M€, em particular a despesa corrente primária, desvio que seria mais elevado sem a reclassificação sectorial da CP. Estes desvios, do lado da receita e da despesa, resultaram num desvio no saldo de cerca de 1100 M€. A subavaliação da despesa corrente primária reflete-se, consequentemente, num desvio no indicador da despesa líquida.

Em 2025, o rácio da dívida pública prosseguiu a trajetória descendente, atingindo 89,7% do PIB, inferior aos 93,3% do PIB previstos no OE/2025 e aos 90,2% do PIB estimados para 2025 no âmbito da POE/2026. Face a 2024, o rácio da dívida reduziu-se 3,8 p.p. do PIB, em resultado de um efeito dinâmico favorável, que refletiu o contributo do crescimento nominal, e de um saldo primário positivo.

Assessoria de Comunicação: Helena Rua - 211 024 407 - 910 027 932 - helena.rua@cfp.pt